

Design para todos

Henrique Cayate

É que penso que o que decide sobre o bem e o mal não é a comunicação das pessoas entre elas, mas apenas a maneira das pessoas se darem consigo próprias.

*Jacob Wassermann
Der Fall Maurizius*

As Nações Unidas, num importante estudo sobre acessibilidades, constata que muito há a fazer no mundo para que haja uma redução no enorme fosso que separa as pessoas portadoras de deficiências das que não as têm. Raros são ainda os países com esta preocupação, normalmente associada a sociedades desenvolvidas e com um elevado grau de consciência cívica, que têm legislação e uma acção eficaz para combater esta gravíssima desigualdade.

Portugal não é excepção. Aqui, quase tudo está ainda por fazer no que diz respeito às acessibilidades dos seus cidadãos e embora a legislação reflecta uma preocupação crescente, a realidade é, infelizmente, bem diferente.

Esta exposição procura contribuir para uma tomada de consciência cívica, especialmente dos jovens, para a realidade que nos rodeia e que é tão injusta para alguns. Uma cidadania responsável deve conhecer e agir nesta área.

Todos nós precisamos de assistência à nossa locomoção. Em bebés somos transportados por adultos, se partirmos uma perna precisamos de equipamento ou alguém que nos auxilie, na velhice perdemos capacidades de audição, visão e locomoção limitando seriamente a autonomia de locomoção e percepção. Os cegos, os amblíopes e os deficientes motores deparam-se com espaços públicos e privados agressivos, em que a maior parte das vezes não foram pensadas soluções de arquitectura ou de design que ajudem a minorar as suas dificuldades específicas. Hoje um projecto não pode ser aprovado se tiver barreiras arquitectónicas. Rampas, corrimãos e elevadores especiais passaram a ser obrigatórios. É apenas o princípio. Nalguns espaços públicos estão instalados equipamentos para ajudar cegos. Poucos infelizmente.

Muito há pois a fazer. E o que se fizer terá de ser bem. Sistemas mal pensados, mal desenhados e mal construídos ou mal colocados não servem. É neste cenário que se torna urgente a reflexão, o estudo e o trabalho dos designers.

Em articulação com outras disciplinas, o design de comunicação e de equipamento, deverá intervir e responder com novos projectos a estas necessidades. Hoje, os designers que se formam e entram no mercado de trabalho, não têm uma disciplina onde possam estudar em profundidade o problema das acessibilidades. Os trabalhos de alunos nesta matéria são residuais e sem expressão. O ensino e o exercício do design em Portugal deverá, portanto, prestar a maior atenção a esta questão e contribuir para uma melhor qualidade de vida de todos.

Torna-se indispensável a criação de um "observatório" que integre os deficientes e os especialistas e que identifique, acompanhe e proponha acções. As cidades e os seus edifícios terão de sofrer uma revolução que não pode ser adiada, sobretudo quando caminhamos aceleradamente para um envelhecimento da população.

Hoje, estão já instalados alguns parques infantis ou de jogos que usam materiais e soluções pensadas para evitar graves acidentes permitindo às crianças brincar e jogar em segurança. Não são a maioria. Vezes de mais, crianças feriram-se ou morreram como consequência do mau desenho e construção desses equipamentos. Os pisos irregulares ou mal acabados, degraus em vez de rampas, rampas muitas vezes com inclinações mal calculadas e a deficiente sinalização contribuem para a exclusão e o acidente.

Os amblíopes precisam de tiras fotoluminescentes em cores luminosas, à altura dos olhos e coladas nos postes dos passeios que possam constituir obstáculo, e dimensões de "lettering" na sinalização que respeite as suas inibições de visão.

A informação para cegos tem que ser complementar, utilizando o "braille" e o som, os obstáculos deverão ser antecidos de pisos

texturados, o mobiliário urbano terá de evitar volumes que possam agredir. Ambos, cegos e amblíopes, terão de ter à sua disposição mapas em relevo e com as cores adequadas e não poderão ser confrontados com objectos aéreos colocados abaixo de dois metros.

Os cidadãos portadores de deficiência motora terão de ter marcações de áreas de estacionamento para os automóveis mais largas que lhes permitam entrar e sair de uma cadeira de rodas. Portas, casas de banho e outros equipamentos de uso corrente como puxadores, telefones, caixas de multibanco, interruptores dos semáforos, papeleiras,

bebedouros, deverão estar colocados a uma altura que permita a sua utilização. Os intervalos entre baias e pilares terão que permitir a passagem de uma cadeira de rodas. O chão deverá ser texturado nas zonas inclinadas e marcado nos circuitos aconselhados ou ainda para assinalar situações especiais, cruzamentos, curvas, rampas e os painéis de informação terão de ser inclinados e até um metro e oitenta do chão para permitirem uma boa legibilidade.

Enquanto nos alheamos destes desafios continuaremos a ser injustos e egoístas.

Uma cidadania plena terá de contar com todos.